POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: EXECUÇÃO E SUSPENSÃO DE REPASSES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) NO MUNICÍPIO DO ACARÁ - PA

Kayanne Rodrigues de Almeida[1], Geanny Lobato Costa[2], Alexandre Augusto Cals e Souza[3]

[1]Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Abaetetuba, Pará, Brasil, kayanne.almeida@abaetetuba.ufpa.br

[2]Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Abaetetuba, Pará, Brasil, flamengolobato2004@gmail.com

[3]Docente da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará (UFPA), Abaetetuba, Pará, Brasil, alexandre@ufpa.br

Resumo

Este artigo analisa a execução dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município de Acará. O estudo tem como objetivo analisar os impactos financeiros e pedagógicos dos recursos do PDDE na gestão educacional. A pesquisa possui abordagem qualitativa, utilizando procedimentos bibliográficos e documentais para a coleta e análise de dados. As informações foram obtidas por meio do portal Monitore o PDDE e de documentos oficiais relacionados à política pública. Os resultados apontam que parte das escolas do município do Acará apresentam suspensões no recebimento dos repasses, decorrente de pendências administrativas e irregularidades na prestação de contas.

Palavras-Chave: Programa Dinheiro Direto na Escola; Acará; Suspensão; Recursos.

1 Introdução

O Programa Dinheiro Direto na Escola é uma iniciativa que atende despesas de manutenção, custeio e pequeno investimentos nas escolas, os recursos são utilizados de acordo com a necessidade específica de cada instituição. Os estudos referentes as políticas públicas educacionais, como é o caso do (PDDE), instituído pela Resolução n° 12, de 10 de maio de 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

(PMDE), criado com o objetivo de prestar assistência financeira, de forma suplementar, a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola pública de Ensino Fundamental, buscando garantir as condições necessárias para o seu bom funcionamento.

O presente artigo tem como percurso metodológico a pesquisa qualitativa que se torna imprescindível para o estudo desse trabalho pois para Bogdan e Biklen (1994), as pesquisas qualitativas por serem descritivas, os dados coletados em entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos e registros documentais, são analisados de forma minuciosa em toda a sua riqueza possível no sentido de estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo. A pesquisa qualitativa, envolve a obtenção de dados descritos, conseguidos na relação do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes no processo investigado.

A pesquisa bibliográfica e documental foram utilizadas para coleta de dados sobre o PDDE. Gil (2014) complementa que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, decorrente de pesquisas anteriores realizadas, como teses, dissertações, monografias e entre outros trabalhos. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 157), ´´a pesquisa documental é a fonte de coleta de dados restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias´´. A análise documental tem como objetivo analisar a documentação no que concerne a execução das políticas públicas referentes as ações do PDDE e, no sentido de levantar informações documentais do município do Acará.

A problematização da pesquisa será analisar os investimentos financeiros e pedagógicos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município do Acará e terá como pergunta-problema: Como os recursos recebidos pelas escolas municipais podem estar contribuindo para a melhoria da qualidade da educação no município de Acará? Tendo como objetivo analisar os impactos financeiros e pedagógicos dos recursos do PDDE na gestão educacional.

No Plano teórico utilizou-se autores como, Bogdan e Biklen (1994); Dias, Souza e Nascimento (2023); Filho (2015); Gil (2014); Januzz (2016); Lakatos e Marconi (2003); Mafassioli (2015); Perez (2010); Rua (2009) e Viana (2020) cujas contribuições fundamentaram as discussões das políticas públicas educacionais e da gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). No que tange à estrutura, o artigo está estruturado em 6 tópicos, sendo eles: Introdução, que apresenta a contextualização do tema, os objetivos da pesquisa e a metodologia, que descreve o percurso metodológico adotado; Os

principais conceitos relacionados ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e às políticas públicas educacionais; Contextualização do Município de Acará, que apresenta aspectos históricos e educacionais do município; Resultados que analisam os dados referentes à execução e à suspensão de repasses do PDDE; e, por fim, Considerações Finais, que sintetizam os principais resultados do estudo.

2 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua importância

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), foi criado no ano de 1995. Tendo como iniciativa atender despesas de manutenção, custeio e pequeno investimentos nas escolas, os recursos são utilizados de acordo com a necessidade específica de cada instituição, envolvendo diversas áreas, tais como: a) aquisição de materiais permanentes; b) manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações escolares; c) compra de materiais de consumo essenciais para o funcionamento da escola; d) avaliação do processo de aprendizagem; e) execução de projetos pedagógicos; f) enriquecimento das atividades educacionais; g) utilização das instalações escolares nos finais de semana; h) implementação do Projeto de Melhoria da Escola.

Os recursos do PDDE Básico são destinados da seguinte forma:

Estudantes matriculados nas escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federa
Escolas públicas de educação especial das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal
Escolas privadas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público
Polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertam programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica

Fonte: FNDE, 2021

Os recursos do programa têm como objetivo atender no desenvolvimento, aprimoramento das infraestruturas e das práticas educacionais, visando proporcionar um ambiente propício para a aprendizagem do aluno. Em relação à legislação que embasa o funcionamento do programa, o PDDE e suas Ações Integradas é regido pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e por resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujas principais são as seguintes: Resolução nº 9/2011;

resolução nº 10/2013; resolução nº 15/2014; resolução nº 8/2016; e resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018.

Inicialmente, até o ano de 2008 o PDDE atendia somente escolas do Ensino Fundamental. No ano seguinte, em 2009, o programa passou a atender todos os níveis da educação básica (Educação Infantil, Ensino Médio, e Ensino Fundamental que já recebia recursos anteriormente). Nesse mesmo ano o programa se abrangeu as outras modalidades, no qual, incorporou ações voltadas para o PDDE Básico, PDDE Ações Integradas, PDDE Qualidade, PDDE Estrutura.

Filho (2015, p. 12), destaca que:

> A autonomia financeira que o Programa Dinheiro Direto na Escola proporciona, de fato possibilita à escola tomar decisões visando o bem estar do aluno. O programa trouxe mudanças que influenciaram diretamente a forma de gestão das escolas, que através da Unidade Executora, recebe este recurso para promover e desenvolver o essencial de sua proposta pedagógica e para despesas do cotidiano.

Os estudos referentes as políticas públicas educacionais, como é o caso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), instituído pela Resolução n° 12, de 10 de maio de 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), criado com o objetivo de prestar assistência financeira, de forma suplementar, a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola pública de Ensino Fundamental, buscando garantir as condições necessárias para o seu bom funcionamento, no qual, visa fortalecer inclusive, a participação social e a autogestão escolar, que apontam para um movimento de construção, com a finalidade de estabelecer uma articulação entre os diferentes sujeitos que integram as políticas educacionais, principalmente quando a dimensão analisada se situa no campo da implementação e monitoramento de políticas educacionais.

Nessa perspectiva, o processo de análise das políticas públicas educacionais, pode se referendar em três dimensões, conforme destacado por Perez (2010): a primeira dimensão aborda de um lado, as relações entre o desenho ou a formulação da política, e de outro lado, os contornos que os programas apresentam ao final do processo; a segunda refere-se à dimensão temporal do processo e seus efeitos distintos no tempo sobre a organização em que se processam, bem como, sobre os atores responsáveis por sua implementação, identificando os graus de resistências e adesões, e ainda as alterações das condições previstas em sua fase

inicial, sobretudo, às condições que tanto podem propiciar sua operacionalização como podem entravar o processo de implementação.

3 **Contexto histórico do município do Acará – PA**

Fundado em 1875, o município do Acará, está localizado na Região Norte do país, mais precisamente no estado do Pará, e é pertencente a microrregião homogênea de Tomé-açu, antiga região fisiográfica Guajarina. Segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município possui uma população estimada em 50.023 habitantes, distribuídos em 4.343,805 km² de extensão territorial.

O processo de formação do município em questão está diretamente relacionado à expansão territorial promovida pelos colonizadores portugueses, que, durante o período colonial, avançaram em direção ao interior da então Capitania do Grão-Pará e Maranhão. No decorrer dessas incursões, realizadas principalmente por vias fluviais, destacava-se o rio Acará como rota estratégica de penetração territorial. Ao navegarem por esse curso d'água, os colonizadores identificaram uma série de condições naturais altamente favoráveis à ocupação, como a navegabilidade do rio, a fertilidade das terras e a abundância de recursos florestais, especialmente madeira. Esses fatores despertaram o interesse dos portugueses, que, movidos por objetivos econômicos e estratégicos, decidiram se fixar na região. A instalação no local deu-se inicialmente por meio da formação de um núcleo de colonização, estruturado com base nas necessidades da exploração territorial e da produção agrícola. Com o passar do tempo, esse núcleo se desenvolveu, tornando-se o ponto de origem da sede municipal que viria a se consolidar formalmente como município em um período posterior.

O nome do município é de origem indígena e pode ser interpretado por diferentes formas. Dias, Souza, e Nascimento (p. 8, 2023), destacam o significado do nome do município de Acará que é:

> A= (aquele que); CARÁ= (roer, morder); logo,“aquele que morde ou rói”. Nome de peixe amazônico “acará”, diversas espécies. Em outra tradução: ACA= (ponta, esporão); RÁ= (rabo), ou seja, aquele que fere com esporão, ou como propõe o próprio Teodoro Sampaio ACARÁ= (cabeça áspera); cascudo, referência aos peixes que se encontram nos cursos dos rios de água doce, em particular no rio Acará.

Em 1890, com a instalação do Governo Provisório durante o período republicano, a Câmara Municipal de Acará foi dissolvida, sendo criada o Conselho de Intendência

Municipal, que nomeou Francisco Xavier Armândio de Oliveira como intendente. O município perdeu sua autonomia em 1930, sendo anexado a Belém, mas foi restabelecido como município autônomo em 1935. Novas alterações ocorreram em 1955, com uma tentativa de desmembramento para criação do município de Tomé-Açu, inicialmente considerada inconstitucional. Contudo, em 1959, a Lei Estadual nº 1.725 oficializou a emancipação de Tomé-Açu. Em 1988, Acará sofreu novo desmembramento com a criação do município de Tailândia. A região também recebeu significativa imigração japonesa, com destaque para a Colônia Paes de Carvalho, voltada à agricultura, especialmente ao cultivo da pimenta-do-reino, conhecida como "ouro negro".

De acordo com o último Censo Escolar de 2024, o município de Acará possui 145 escolas, sendo quatorze mil cento e quarenta (14.140) alunos matriculados, distribuídos entre creches, pré-escolas, anos iniciais, anos finais, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação especial. O município conta com quinhentos e noventa e três (593) professores, que atuam nos anos iniciais, anos finais e ensino médio.

As tabelas abaixo descrevem, com mais clareza os dados gerais das escolas do município do Acará.

Tabela 1

Escolas identificadas	TOTAL
Estadual	3
Municipal	142
Número de escolas	145

Fonte: Censo, Inep – 2024.

Tabela 2

ALUNOS MATRICULADOS	TOTAL
Creches	1.393
Pré-escolas	2.246
Anos iniciais	6.331
Anos finais	5.051
Ensino médio	2.758

Ensino EJA	1.217
Escola educação especial	749
Número de Matriculas	14.140

Fonte: Censo, Inep – 2024.

Tabela 3

Professores por dependência administrativa	**TOTAL**
Anos Iniciais	192
Anos Finais	338
Ensino Médio	63
Número de Professores	593

Fonte: Censo, Inep – 2024.

Os levantamentos iniciais dos dados educacionais municipais indicam que Acará conta com uma quantidade expressiva de escolas, alunos e professores. O que podemos identificar que os recursos do PDDE podem ser repassados para as 145 escolas, caso não haja qualquer empecilho para isso não ocorrer.

4 Uso dos Recursos destinado pelo PDDE

De acordo com o que estabelece a Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, os recursos financeiros são repassados em duas parcelas anuais, a primeira até 30 de abril e a segunda até 30 de setembro de cada ano, às escolas e unidades que farão a execução e a gestão financeira dos recursos.

O acesso aos recursos do PDDE que se dá através da constituição das Unidades Executoras (UEx), que devem se inscrever no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) dentro de determinado prazo. Já as Entidades Mantenedoras (EM), precisam encaminhar também no prazo uma série de documentos ao FNDE, para que os recursos sejam disponibilizados, desde que essas entidades, junto com as Entidades Executoras (EEx), estejam adimplentes em suas prestações de contas. Nesse caso, os recursos são transferidos sem necessidades de convênio, acordo ou outro instrumento legal semelhante. Todavia, é preciso que as unidades de ensino estejam cumprindo as exigências de atualização cadastral do FNDE para que possam ter direito a receber os pagamentos.

Ainda segundo o FNDE (2020), "o PDDE e suas Ações Integradas destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica". Os órgãos e áreas gestoras envolvem tanto as secretarias do Ministério da Educação (MEC), que colocam em prática suas ações e projetos, como também os governos em seus diversos níveis (estaduais, distrital e municipais), e ainda incluem as entidades que mantêm escolas de educação especial.

No que abrange os gastos dos recursos destinado pelo PDDE, Viana (2020, p.69), destaca que:

> Não é permitido empregar os recursos do PDDE para implementar ações que já estejam sendo financiadas pelo FNDE. Assim, o dinheiro do PDDE não pode ser utilizado, por exemplo, para comprar livros didáticos e de literatura já distribuídos pelo FNDE por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Os recursos do PDDE também não podem ser usados em: gastos com pessoal; gêneros alimentícios; passagens e diárias; combustíveis, materiais para manutenção de veículos e transportes para atividades administrativas; flores, festividades, comemorações, coquetéis, recepções, prêmios, presentes [...] despesas de qualquer espécie que caracterizem auxílio assistencial ou individual (uniforme, material escolar, etc.); pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa; tarifas bancárias; pagamento de tributos, exceto os incidentes sobre os bens adquiridos e/ou serviços contratados.

Dessa forma, "em vários estados e municípios os órgãos colegiados das escolas, como, por exemplo, os conselhos escolares, são os responsáveis pela definição da forma de utilização dos recursos, que deve ser em conformidade com as decisões da comunidade" (Mafassioli, 2015, p.11). Visto isso, como será que está ocorrendo a utilização dos recursos do PDDE? Como os Concelhos Escolares estão utilizando esses recursos? E quais as melhorias que tiveram nas escolas, depois que passaram a receber os recursos pedagógicos do PDDE?

Nesse ínterim, ressalta-se ainda que, ao tratamos sobre a implementação de políticas e programas socais, implica a dinâmica em que política pública concretamente inicia sua operacionalização, é a partir do momento que o monitoramento entra em cena, por representar uma atividade gerencial cuja centralidade é permitir o acompanhamento da execução de uma política, programa, ou projeto, segundo Januzz (2016), como é o caso do PDDE. Por meio do

monitoramento, o controle social das políticas e programas sociais pode se efetivar, assegurando assim, maior participação social dos cidadãos em conjunto com o Estado, desde a elaboração, passando pela execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas socais.

5 Execução dos Recursos do PDDE no município do Acará

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) constitui-se como uma política pública voltada para o repasse direto de recursos financeiros às unidades escolares da educação básica. No município do Acará, o PDDE assume um papel relevante para o financiamento de repasses das escolas no município, a execução dos recursos envolve várias etapas, sendo elas: o recebimento dos valores destinado pelo PDDE, planejamento das despesas que são decididos pelo Concelho Escolar ou Unidade Executora (UEx), aplicação conforme as normativas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e por fim, a prestação de contas por meio do sistema oficial.

Para a obtenção de dados referentes aos repasses do PDDE para as unidades escolares do município do Acará, realizou-se uma consulta no portal **Monitore o PDDE**. A partir dessa consulta, foram identificadas informações relativas a situação da execução dos recursos pelas escolas cadastradas no programa. Os dados apontam que no ano de 2025, **36 escolas** ficaram suspensas, o que pode comprometer o recebimento de novos repasses e impactar diretamente o desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas nas unidades escolares, os dados mostram que 88% são escolas municipais e 12% são escolas estaduais. A porcentagem de suspensão está dividida entre os Programas do PDDE Qualidade (cerca de 16%), PDDE (cerca de 19%) e PDDE Equidade (cerca de 65%).

No que se refere-se a suspensão de repasses do PDDE para as escolas no município do Acará, a consulta realizada no **Monitore o PDDE,** permitiu identificar a situação das unidades escolares, mostrando sua a quantidade de suspensão (em qual programa a escola está suspensa) e causa da suspensão (motivo da escola não poder receber o recurso do PDDE). Os dados evidenciam que parte das escolas da rede municipal e estadual apresentam suspensão no repasse do recurso em decorrência de pendencia administrativa ou irregularidade na prestação de contas. Abaixo segue a tabela contendo o número quantitativo e quais são os programas da suspensão (PDDE Qualidade, PDDE e PDDE Equidade).

PROGRAMAS	QUANTIDADE DE SUSPENSÕES DE REPASSES POR ESCOLA
PDDE Qualidade	24
PDDE	11
PDDE Equidade	15

Fonte: Monitore o PDDE, 2025

A suspensão ocorre quando a escola apresenta alguma pendencia, podendo ser: irregularidade na prestação de contas, inadimplência e problemas cadastrais ou descumprimento das exigências normativas estabelecidas pelo FNDE. Existe diversos motivos do porque a escola ficar suspensa, mas alguns dos principais motivos são os quais foram citados anteriormente, dentre das 36 escolas suspensas no ano de 2025, 7 dessas escolas foram escolhidas para apresentar o motivo da suspensão e o nome da mesma, segue a tabela com os dados.

NOME DA ESCOLA	DESCRIÇÃO DA PENDÊNCIA
Escola Estadual Felipe Patroli	UEx sem dirigente ativo (UEx)
Creche Sandra Maria de Oliveira Souza	Prazo para resolução de pendência vencido (escola)
EMEF Betel	Inadimplente (UEx)
EMEF Nossa Senhora do Bom Remédio II	Credor de ação integrada é uma EEx
EMEF Ronaldo Passarinho	CNPJ inválido na Receita Federal (UEx)
EMEIF Manoel José da Silva	UEx sem dirigente ativo (UEx)
EMEIF São Luiz	Prazo para resolução de pendência vencido (UEx)

Fonte: Monitore o PDDE, 2025

É possível identificar que as unidades escolares do município enfrentam algumas dificuldades em relação a gestão dos recursos do PDDE, o número de 36 escolas pode mostrar que haja uma certa fragilidade na organização administrativa, havendo uma certa formação técnica para os gestores e conselho escolares de como podem tá usando os recursos de PDDE, formação de concelhos, prestação de contas e demais demandas. Com isso, a Secretaria Municipal de Educação também possa realizar uma acompanhamento mais direto com as escolas para que as mesma não fiquem impedidas de receber os recursos do PDDE.

Rua (2009) ressalta que as políticas públicas abrangem um conjunto das decisões e ações referentes a destinação de recursos envolvendo um bem público, considera desse modo que o conceito de políticas públicas traduz a decisão política, ou seja, um processo de tomada de decisão dentre diferentes propostas, expressando interesses e ajustamento entre fins e meios. Desse modo, a investigação sobre a aplicação dos recursos públicos torna-se imprescindível, uma vez que, por meio dela, é possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas tanto na prestação de contas quanto na utilização dos recursos repassados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Compreender esses obstáculos contribui não apenas para o aprimoramento da gestão escolar, mas também para a elaboração de políticas públicas mais eficazes, que considerem as reais necessidades das unidades educacionais e promovam maior eficiência na execução orçamentária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) exerce um papel relevante no fortalecimento das ações pedagógicas e na melhoria das condições estruturais das escolas do município de Acará. Os recursos do programa possibilitam a realização de investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e desenvolvimento de atividades pedagógicas que contribuem para a melhoria do ambiente escolar e para o processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, a análise dos dados também evidencia a existência de suspensões de repasses em algumas unidades escolares, o que demonstra a necessidade de aprimoramento na gestão e na prestação de contas dos recursos. Dessa forma, torna-se fundamental o acompanhamento contínuo e a formação dos gestores escolares, a fim de garantir a correta execução dos recursos e fortalecer os resultados do programa no contexto educacional do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K**. Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

DIAS, Jéssica Costa; SOUZA, Alexandre Augusto Cals e; NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa. **O CECAMPE Norte e suas contribuições para a consolidação e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município do Acará/PA.** *Revista Concilium*, 2023.

FILHO, Francisco Xavier Lima. **Recursos federais para educação:** aplicação e prestação de contas do PDDE. 2015. 57f. Monografia (Bacharel em Ciências Ecômicas) –Universidade Fedral do Ceará, Fortaleza, 2015.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014. p. 100 a 123.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais**: o caso Pronotec Est. Aval. Educ., São Paulo, v 27, n. 66, p. 624-661, set. /dez. 2016.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 186 a 188.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola**: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 12, 2015.

___. Ministério da Educação. Resolução FNDE/CD nº 12, 10 de maio de 1995. Brasília: FNDE, 1995

___. Ministério da Educação. Resolução FNDE/CD nº 6, 27 de fevereiro de 2018. Brasília: FNDE, 2018

PEREZ. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010. RAMOS, Marília. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: aspectos conceituais e metodológicos. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA. 2009.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianopólis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

VIANA, Mariana Peleje. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

VIEIRA. Sofia Lerche. Educação Básica: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjBiNjZkZmYtMDRiZS00ZDRkLTkzMzUtNDkyZDk2ZDI4ZWQ4IiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWIzLTcwYmRiNmY0NTlkNSJ9